



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

PROCESSO Nº 042/2019

EDITAL Nº 025/2019

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Mariápolis.

Tipo: Menor Preço por Item.

Publicação: Resumo do edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal de Grande Circulação, no Jornal de Circulação local, no Mural da Prefeitura Municipal de Mariápolis e no site oficial do Município <http://www.mariapolis.sp.gov.br/>.

Data da realização: 09 de Agosto de 2019.

Horário: 09:00 horas.

Local da sessão: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mariápolis.

Em conformidade com a Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95, e Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS/SP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 51.405.231/0001-16, estabelecida na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800 – Centro, CEP: 17.810-000 - nesta cidade de Mariápolis, Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **VALDIR DANTAS DE FIGUEIREDO**, torna público que acha-se aberta licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de Saúde de Mariápolis (CNES nº 2028441), em referência as propostas nº 11933.040000/1170-08 e 11933.040000/1180-01, provenientes de emendas parlamentares, objeto de transferência Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem as disposições, das Leis nº. 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Mariápolis/SP, estabelecida na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800 – Centro – Mariápolis/SP, iniciando-se no dia **09 de Agosto de 2019, a partir das 09:00 horas**, que será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

CREDENCIAMENTO e RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: O credenciamento e o recebimento das propostas para este pregão deverá ser efetuado **até às 09:00 horas do dia 09 de Agosto de 2019 – HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Mariápolis.

RECEBIMENTO DOS LANCES: A sessão pública para recebimento dos lances iniciará após o credenciamento, recebimento das propostas do **dia 09 de Agosto de 2019, com início**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

às 09:00 horas **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Mariápolis.

ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES: até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada por escrito e protocolada **no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.**

Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa total está estimada em **R\$ 84.508,03** (oitenta e quatro mil, quinhentos e oito reais, três centavos), onerará as dotações orçamentárias do exercício vigente.

Funcional programática	Categoria econômica	Ficha
10.301.0010.2017	4.4.90.52	102/2019

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de Saúde de Mariápolis (CNES nº 2028441), em referência as propostas nº 11933.040000/1170-08 e 11933.040000/1180-01, provenientes de emendas parlamentares, objeto de transferência Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde, de acordo com especificações mínimas descritas a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QTDE.	UNIDADE
1	Armário de aço , medindo aproximadamente 1800 a 2100x700 a 1100x400mm=(AxLxP), fechado, com 02 portas, dobradiças internas, com prateleiras reguláveis por cremalheira, com capacidade mínima de 50kg por prateleira, maçaneta com chave, estrutura com espessura mínima de 0,45mm (chapa n. 26), tratamento anticorrosivo por fosfatização, acabamento em pintura eletrostática com tinta pó ; na cor cinza claro; com garantia de no mínimo 12 meses.	2	Unid.
2	Aparelho de TENS e FES , com dimensões e peso aproximados: altura 11 cm x comprimento 29 cm x largura 29 cm, peso: 1.171 kg. ACESSÓRIOS: 8 eletrodos adesivos (3x5cm), 4 cabos de paciente para conexão com os eletrodos, Manual do usuário e cabo de força. GARANTIA: 12 meses de garantia (exceto válvula, cabos, eletrodos). CARACTERÍSTICAS: Canais: Quatro canais independentes e isolados. Alimentação: 100 a 240vac 50/60hz. Consumo máximo: 12 VA. Fusível: 0,50A 250V 20AG. Frequência de Operação: 50 / 60 Hz. Consumo à máxima potência: 8 VA. Forma do Pulso: Retangular Bifásico Assimétrico. Intensidade máxima por canal: 100 mA ± 10 % (RL = 500 W). Timer Digital: 1 a 60 minutos (± 1%). Em passos de 1 minuto; Frequência e Duração dos pulsos: CONTÍNUO (Normal) Modo Frequência: 1 a 200 Hz ± 1 %	2	Unid.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

	Duração dos pulsos: 50 ms a 400 ms \pm 20 % Modo BURST (Pulsado)		
	Modulação: 2 Hz \pm 1%		
	Frequência: 100Hz \pm 1%		
	Duração dos pulsos: 50 ms a 400 ms \pm 1 % Modo VIF (Variação de Intensidade e Frequência)		
	Frequência: 5 a 170 Hz \pm 1%		
	Modulação Frequência: \pm 25% em 6 segundos		
	Duração dos pulsos: 70 a 370 ms \pm 1 % Modulação Duração Pulso: \pm 25% em 6 segundos Modo VL (Variação de Pulso)		
	Frequência: 1 a 200 Hz \pm 1%		
	Duração dos pulsos: 70 a 370 ms \pm 1 % + A15:H46 Modulação Duração Pulso: \pm 25% em 6 segundos Modo VF (Variação de Frequência)		
	Frequência: variada em \pm 25% do valor selecionado (pode ser ajustado entre 5 a 170Hz)		
	Duração dos pulsos: fixa de acordo com o valor selecionado (pode ser ajustada entre 50ms e 400ms)		
	Modulação Duração Pulso: \pm 25% em 6 segundos		
	Classe de segurança e proteção: Classe II parte aplicada tipo BF segundo NBR IEC60 601.1:1988; Voltagem: 220V.		
3	Armário de cozinha; em aço; tipo kit, modelo inteiriço; conjunto 06 portas e 03 gavetas; medindo (194 alt. x 120 larg. x 50 prof. inferior e 30 prof. superior)cm; com puxadores em abs injetado; com 03 portas superiores e 03 inferiores (gabinete); com tampo em formica resistente a altas temperaturas; sendo as gavetas abaixo do tampo; as chapas de aço deverão ter espessura mínima de 0,64mm; com acabamento em pintura; na cor branca; com pés reguláveis; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses;	1	Unid.
4	Arquivo em chapa de aço (para pasta suspensa); medindo no mínimo 1330 x 470 x 700 mm (a x l x p); tipo pastas suspensas; com 4 gavetas; roldanas de aço; com chave, travamento simultâneo; com puxadores; com porta-etiquetas; carrinho telescópico e roldanas de aço; estrutura em aço; chapa 24; tratamento anti-ferruginoso por fosfatização a zinco, pintura eletrostática em esmalte sintético; na cor cinza; com garantia de no mínimo 12 meses; fabricado de acordo com a legislação vigente;	2	Unid.
5	Autoclave horizontal, com modo de operação digital, alimentação principal: automática; de mesa; ciclo automático de esterilização, secagem; dimensões internas c/ aproximadamente 300x300x600 mm (axl xp), com capacidade de 50 litros; remoção do ar com microcompressor e filtro de 0,2 microns; câmara em aço inox; porta simples, com impedimento de abertura quando houver pressão na câmara, com timer, manômetro, manovacuometro; acompanha: bandeja; alimentação: 220v- 60 hz, inclui manual de instruções, com garantia mínima de 12 meses.	1	Unid. 16 19006
6	Bebedouro Conjugado, Equipamento para Melhoria Da Qualidade Da Água; Bebedouro de Pressão Conjugado; Gabinete Em Aço Eletrozincado, Pia e Reservatório de Água Em Aço Inoxidável 304; Ponto de Consumo; para Entrada de Água Pré Tratada; Retenção de Partículas Classe III; Vazão Aproximada de 70 L/h; 40 Mca; 5 Mca; Com Tensão de Alimentação de 127 V; Vida Útil do Elemento Filtrante 3000 Litros; Três Torneiras Sendo Duas de Jato e Uma para Copo. Todas Com Regulagem de Jato; Sendo Torneiras Removíveis e Desmontáveis para Higienização; Medindo Aproximadamente	1	Unid.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

	660 x 960 x 290mm (lxaxp); Com Serpentina Externa de Cobre Isento de Chumbo; Conforme Normas ABNT/NBR Vigentes; Certificação Inmetro, Garantia de 1 Ano;		
7	Compressor Odontológico , com reservatório com 40 a 49L de capacidade, com potência de 1 a 2 HP/ 7 a 8 pés, isento de óleo, com dimensões aproximadas de 330 x 656x578 (axlxc), com peso aproximado de 39,5kg, alimentação 127v ou 220v, com fluxo de ar mínimo (vazão efetiva) 320 l/min. (11,4 pc/min.), nível de ruído até 58 Db, pressão máxima de trabalho 120 psi (0,83 MPa), frequência do motor 60Hz, consumo de energia até 1,45KW/hora, corrente nominal 11,4A (127V / 6,5A (220V), pressostato com chave liga e desliga, velocidade de rotação do motor 1750r.p.m., número de polos do motor 4 polos, número de pistões (cabecotes) 2 pistões. Embalado Em Caixa de Madeira Que Garante a Integridade do Produto Garantia mínima de 1 ano a partir da instalação; assistência técnica e peças de reposição por 5 anos, manual de operação, manutenção e treinamento tecnológico operacional.	1	Unid.
8	Computador desktop-básico , que esteja em linha de produção pelo fabricante; com processador igual ou equivalente ao Intel core i3 ou AMD a10; possuir 1 (um) disco rígido de no mínimo 500 gigabyte; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 mhz ou superior, operando em modalidade dual channel; a placa principal deve ter arquitetura atx, microatx, btx ou microbtx; possuir pelo menos 01 (um) slot pci-express 2.0 x16 ou superior; possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao microsoft directx 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display port ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio); monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e wifi padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível de alimentação e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses.	3	Unid. 46.10016
9	Computador Portátil (Notebook) , Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador portátil (notebook) com processador no mínimo Intel core i5 ou AMD a10 ou similar; 1 (um) disco rígido de 500 GIGABYTES velocidade de rotação 7.200 rpm; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior; tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1.600 x 900 pixels; teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão abnt2; mouse touchpad com 02 (dois) botões integrados; mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll); interfaces de rede 10/100/1000 conector rj-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11a/b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 06 (seis) células; fonte externa automática compatível com o item; possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 (uma) HDMI ou display port e 01 (uma)	1	Unid.



49



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

	VGA, leitor de cartão; webcam FULL HD (1080p); deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento; o equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.		
10	Condicionador de ar ; do tipo split, hi wall; com capacidade: 12.000 btu/h; operação: quente e frio ; vazão de ar de aproximadamente 560 m ³ /h; voltagem: 220 volts; com consumo aproximado de 1250 w; com baixo nível de ruído; equipamento composto de 01 unidade interna (evaporadora) e 01 unidade externa (condensadora); gabinete confeccionado em polipropileno ou equivalente; fornecido com controle remoto sem fio; manual de instruções e certificado de garantia em português, com garantia mínima de 12 meses; conforme ABNT NBR 16.401;	2	Unid. 46.19.018
11	Desfibrilador Automático Externo (DEA) , com display e traçado de Eletrocardiograma (ECG) com garantia de no mínimo 05 (cinco) anos e demais acessórios, tipo: externo automático, tipo onda: bifásica, tempo máximo carga: até 6 s, memória: grava ECG/eventos, peso: até 3 kg, alimentação: bateria interna recarregável, componente: pás adesivas descartáveis, características adicionais: comando de voz, tipo módulo: portátil, com alça transporte, maleta.	1	Unid. 46.19.021
12	Esfigmomanômetro aneroide , compacto, leve, visor numérico e traços da escala c/pintura fluorescente; e ponteiro com movimentação contínua, sem nenhum pino limitador; com <u>braçadeira adulto</u> em tecido de algodão, 03 conectores tipo slip para troca rápida; trabalhando na faixa de escala de 0 a 300 mmhg; com resolução de 1mmhg; pera e manômetro acoplados com válvula tipo gatilho; manguito em látex; 03 braçadeiras reutilizáveis de peça única (sem manguito) com 2 tubos, livre de látex e livre de pvc.	2	Unid. 46.19.026
13	Esfigmomanômetro aneroide , compacto, leve, visor numérico e traços da escala c/pintura fluorescente; e ponteiro com movimentação contínua, sem nenhum pino limitador; com <u>braçadeira infantil</u> em tecido de algodão, 03 conectores tipo slip para troca rápida; trabalhando na faixa de escala de 0 a 300 mmhg; com resolução de 1mmhg; pera e manômetro acoplados com válvula tipo gatilho; manguito em látex; 03 braçadeiras reutilizáveis de peça única (sem manguito) com 2 tubos, livre de látex e livre de pvc.	1	Unid. 46.19.027
14	Forno de microondas , capacidade mínima de 30 litros, consumo aproximado (kw/h): 14 kwh, potência (w): 1400w, dimensões aproximadas do produto - cm (axlpx): 30 x 55 x 435 cm. painel operacional com opções descongelar por tempo ou descongelar por peso, função relógio, função timer, função reaquecer, prato giratório com diâmetro de 325mm; isolado com la de vidro; com pes fixos; controlado por seletor eletrônico; timer com trava de segurança; câmara com porta isolada anti-ondas; na voltagem 127v; na cor branca, acondicionado de forma apropriada em embalagem original do fabricante; com garantia mínima de 12 meses apos a entrega; com manual de operação em língua portuguesa.	1	Unid.
15	Geladeira/refrigerador , Refrigerador Domestico; Tipo Duplex, Frost Free; Capacidade Liquida Minima Total 400 Litros; Na Cor Branca; Contendo Prateleiras, Gaveta, Separador de Garrafas, Porta Ovos, Porta Latas; Medindo Aproximadamente: (70 x 185 x 73) Cm = (l x a x P); Potencia Minima 115 W; Consumo Medio de 56kwh; 220 V; Com Iluminacao Interna, Com Controle Eletronico de Temperatura, Pes Regulaveis; Acompanha Manual de Instrucoes, Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Vigentes; Com Selo Procel "a";	1	Unid.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

16	Impressora laser multifuncional (copiadora e scanner) , Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou LED; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza); memória 128 MB; resolução de impressão 600 x 600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30 PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 33.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n ; frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses	1	Unid. <i>46 19025</i>
17	Kit de limpeza contendo: carro para materiais de limpeza, confeccionado em polipropileno; com balde duplo espremedor com capacidade mínima de 30 litros; kit de esfregão tipo mop para uso líquido e pó, com cabo telescópico de no mínimo 140 cm; pá para recolhimento de resíduos; suporte para saco de vinil; placa sinalizadora (piso molhado) de acordo com as normas vigentes;	1	Unid.
18	Martelo de Reflexos (Buck) , fabricado em aço inox, com pontas arredondadas revestidas de borracha, com tamanho aproximado de 18 cm, contendo agulha e pincel; devidamente registrado na ANVISA.	2	Unid.
19	Mesa para escritório ; tampo em madeira mdp/mdf; revestido em ambas as faces em laminado melaminico de baixa pressão; na cor branca; acabamento das bordas em fita de pvc; formato retangular; medindo (1200x600)mm; com espessura mínima de 25mm; altura da mesa de 740mm; estrutura em aço tubular de seção oblonga; autoportante com cavaletes laterais; com eletrocalhas para passagem de fiação (eletr./telef./log.); com sapatas niveladoras; acabamento em pintura eletrostática com tinta pó; com gaveteiro duplo; painel central em madeira mdp/mdf, com revestimento e acabamento iguais aos do tampo; com a presença de suporte para CPU, periféricos (teclado e mouse) e impressora, garantia mínima de 12 meses; fabricada conforme normas NBR/ABNT vigentes	5	Unid. <i>46 19 038</i>
20	Mesa Auxiliar , com rodízios, com porta papel em MDF; revestido em laminado melaminico; na cor branca; com tampo retangular em MDF, medindo (50x40)cm; com espessura mínima de 25mm; com altura total de 74cm; distância entre o tampo e porta papel de 10cm, com estrutura em aço; com espessura em chapa de no mínimo 1,5mm; em pintura epóxi na cor cinza; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; fabricado de acordo com as normas vigentes;	1	Unid.
21	Nebulizador portátil, tipo ultrassônico , 1 saída simultânea, para aplicação de medicamentos em doenças das áreas respiratórias, possibilitando 100% de aproveitamento do medicamento, aliviando e desobstruindo a respiração. especificações técnicas aproximadas: motor: 1/30 hp, consumo de energia 70w, voltagem: 127volts (60 hz), vazão de ar livre 15 litros/min, vazão de ar com nebulizador 7,5 litros/min, partículas 0,5 a 8 microns. itens inclusos: 01 aparelho compressor de ar e 01 conjunto nebulizador em saco plástico contendo tubo atóxico e copo dosador. garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação. acessórios: máscaras em pvc anatômicas e atóxicas. (01 adulto e 01 infantil) e manual de instruções.	1	Unid. <i>46 19 042</i>
22	No-Break , que esteja em linha de produção pelo fabricante; no-break com potência nominal de 1,2 kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); alarmes audiovisual; bateria interna selada; autonomia a plena carga mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 watts; possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou	4	Unid. <i>46 19 043</i>



46



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

	recondicionamento; garantia de 12 meses.		
23	Oxímetro de pulso , Tipo: portátil (de mão), Curva plestimográfica: possui Sensor de SpO2: 03; SpO2 : Range: 0 - 100 %, resolução mínima: 1 % e precisão mínima: 2 % (na faixa de 80 a 100 %), frequência cardíaca: range: 30 - 250 bpm, resolução: 1 bpm, precisão: 1 %, bivolt com bateria interna recarregável com autonomia de no mínimo 02 horas; Registro na ANVISA e ABNT.	1	Unid.
24	Ultrassom para fisioterapia , tecnologia de operação micro controlada. Frequência de 1 e 3 MHz. 46 protocolos de tratamento pré-programados. Modo de emissão onda pulsada e contínua. Repetição de pulso com 100Hz e 16 Hz e modulação em 20% ou 50% de tempo ON ERA de 7cm². Intensidade regulada e mensurada em W e W/cm² visualizadas através do painel digital. Timer de até 30 minutos. Saída para terapia combinada.	1	Unid.

1.2. Ressalta-se que a relação inicial de itens foi alterada, tendo como fundamento o artigo 3º da Resolução CIT nº 22, de 27 de julho de 2017, sendo tal alteração aprovada em ata pelo Conselho Municipal de Saúde e submetida a homologação CIR e CIB.

2. DAS AMOSTRAS

2.1. As licitantes adjudicatárias deverão apresentar amostras dos itens **12 e 13**, a serem entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, para verificação da conformidade da amostra ofertada com as especificações constantes no edital, devendo ter a mesma marca indicada na proposta e estar acondicionado em sua embalagem original, não violada, com identificação da licitante, do processo.

2.2. A análise das amostras ocorrerá no dia 09/08/2019, às 14:00 horas, a ser realizada pela Comissão Especial de Análise dos Materiais de Enfermagem, cabendo desclassificação das propostas que não apresentarem as amostras ou que estiverem em desacordo com a descrição do edital.

2.3. A(s) amostra(s) do licitante(s) vencedor(es) do certame, ficará (ão) em posse do Setor Requisitante, para fins de comprovação de compatibilidade do produto fornecido no ato do recebimento.

2.4. Eventual comprovação posterior de que o objeto entregue não corresponde à amostra apresentada ensejará a rescisão do contrato e a aplicação das sanções previstas.

2.5. Da análise das amostras serão verificadas a qualidade e quantidade das mesmas para possível aceitação ou desclassificação do item, pela Pregoeira.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar desta licitação microempresas e empresas de pequeno porte convidadas ou interessadas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, nos termos do inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

3.2. Para o exercício do direito de preferência, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

porte deverá constar Certidão expedida pela Junta Comercial na forma do art. 8º da IN 103/2007 do DNRC, devidamente atualizada ou Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte expedida pela própria empresa.

3.3. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, não será permitida a participação de empresas:

3.3.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.3.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.3.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração Municipal, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

3.3.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

3.3.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3.3.6. Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos **FORA** dos envelopes nºs 1 e 2:

a) tratando-se de representante legal, o ESTATUTO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL ou OUTRO INSTRUMENTO DE REGISTRO COMERCIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, o INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICO OU PARTICULAR COM FIRMA RECONHECIDA do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, ALÉM DOS INDICADOS NA ALÍNEA "A", que comprove os poderes do mandante para a outorga;

4.1.1. Quando for o caso, para exercício do direito da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, a empresa deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial na forma do art. 8º da IN 103/2007 do DNRC, devidamente atualizada ou Declaração de enquadramento na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, assinada pelo representante legal da empresa.

4.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;

4.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo no Anexo I do Edital deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes nºs 1 e 2.

5.2. A **PROPOSTA** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – “**PROPOSTA**”

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

PROCESSO Nº 042/2019

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE Nº 2 – “**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**”

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

PROCESSO Nº 042/2019

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

5.3. A **PROPOSTA** deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.4. Os documentos necessários ao credenciamento e à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal da licitante, se houver;
- b) Número do Pregão e do Processo;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, com Marca em conformidade com as especificações técnicas deste Edital;
- d) Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

- e) Prazo de validade da proposta de no **mínimo 60 (sessenta) dias**;
- f) Assinatura do representante legal da empresa;
- g) Declaração de que o material é de primeira qualidade;
- h) Declaração que está ciente, aceita e se submete a todas as regras do presente Edital;
- i) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (**Anexo IV**).

6.2. A empresa licitante poderá transcrever o conteúdo idêntico de sua proposta escrita para uma **planilha eletrônica** disponibilizada pela Prefeitura de Mariápolis e apresentá-la, juntamente com a respectiva proposta impressa, por meio de gravação em mídia do tipo "CD" ou "PEN-DRIVE".

6.3. O preenchimento da planilha eletrônica é facultativa e não dispensará a apresentação da proposta impressa.

6.4. A não apresentação da proposta impressa causará a desclassificação da licitante.

6.5. O preenchimento da planilha eletrônica de preços deverá se ater aos campos permitidos e de acordo com as instruções fornecidas pelo setor de Licitações.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- (a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- (b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- (c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- (d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- (e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar no Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.





7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (abrangendo os Débitos Inscritos e os Não Inscritos em Dívida Ativa) que deverá ser comprovada através da apresentação de "Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeito de Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado" em que estiver situado o licitante ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Municipal** relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.3 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (**Anexo III**).

7.2. Disposições Gerais da Habilitação:

7.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões/documentos apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.2.2. Na comprovação da regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se os benefícios constantes dos §§ 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

7.2.3. Os benefícios de que trata o subitem anterior deste Edital não isentam as microempresas e as empresas de pequeno porte de apresentarem os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal exigidos no presente Edital, limitando-se à concessão do prazo



de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração, para regularização de eventuais dívidas tributárias (restrições) de tais empresas.

7.2.4. A não regularização das restrições constantes da documentação de regularidade fiscal no prazo de que trata o subitem anterior, desde que requerida a abertura de tal prazo pela microempresa ou empresa de pequeno porte na sessão de julgamento das propostas e habilitação das licitantes, implicará na aplicação das sanções previstas no Edital, sem prejuízo de convocação das demais licitantes na ordem de classificação, para assinatura do contrato oriundo da presente licitação ou revogação da licitação, à critério da Administração (§ 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores).

8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento e recebimento dos envelopes dos interessados em participar do certame.

8.2. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo I** deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.2.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital, sendo vedada às licitantes ofertar quantidades diversas das estabelecidas no objeto deste Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes, excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- c) Que não atendam as especificações estabelecidas no presente Edital, impedindo que se atinja a finalidade prevista no presente Edital.

8.3.1. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;

8.4. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.4.1. Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

8.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor;

8.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances que incidirá sobre o preço unitário do item, a saber:

- **Redução mínima de R\$ 1,00 (um real) para valores até R\$ 2.000,00;**
- **Redução mínima de R\$ 5,00 (cinco reais) para valores acima de R\$ 2.000,01;**

8.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;

8.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;

8.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

8.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

8.11. A aceitabilidade será aferida **a partir dos preços de mercado** vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;

8.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor;

8.13. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) Substituição e apresentação de documentos;
- b) ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações;

8.13.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;

8.13.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.14. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.15. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu



autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediatamente e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias, para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Sendo decretado o vencedor, será realizado a adjudicação e a homologação.

9.7. A adjudicação será feita por **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.8. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo e condições definidos neste edital.

9.9. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicadas à espécie. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, assinar o contrato.

10. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

10.1. O Licitante vencedor celebrará contrato nos termos da minuta que constitui parte integrante deste Edital (**Anexo V**) no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação.

10.2. O contrato será celebrado entre o Licitante vencedor e o município de Mariápolis, devendo o extrato do instrumento contratual ser publicado por afixação no local público de costume, no prazo de 20 dias contados da assinatura do mesmo, nos termos do Parágrafo único do Art. 61 da Lei 8666/93. A não assinatura do contrato, dentro do prazo estipulado caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o Licitante às



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

penalidades previstas no presente Edital, facultado à Administração convocar o segundo colocado, e assim sucessivamente, desde que mantidas as condições propostas pelo primeiro classificado, ou, se entender conveniente, revogar a Licitação.

10.3. O contrato poderá ter validade até **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir de sua assinatura.

10.4. A execução do contrato oriundo da presente licitação será acompanhada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Mariápolis, nos termos do art. 67, da Lei Federal 8.666/93, através do servidor Mauro Coletti, cargo: Agente de Saúde, de acordo com a Portaria nº 111, de 02 de Agosto de 2018.

11. DO FORNECIMENTO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

11.1. A empresa vencedora terá o prazo de **40 (quarenta) dias**, contados a partir do pedido para entregar o(s) bem (ns), objeto(s) desta licitação, no endereço: Praça Frei Dionísio Antônio Marinelli, nº 85 – Centro, nesta cidade de Mariápolis/SP.

11.2. Por ocasião da entrega, caso o bem apresentado não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CONTRATANTE rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 05 (cinco) dias.

11.3. **Os produtos não entregues de acordo com o objeto do pregão serão devolvidos**, com ressarcimento por parte do fornecedor, dos prejuízos causados a esta Prefeitura.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Tesouraria Municipal, sito na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800, com entrega devidamente atestada no verso, pelo responsável, juntamente com o controle de entrega dos produtos assinada pelo responsável do recebimento.

12.2. O Pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada ou na Tesouraria da Prefeitura.

12.3. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua apresentação.

12.4. Caso constatada alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as necessárias correções.

12.5. Na emissão das notas fiscais devem constar no corpo da nota os dados bancários da Contratada para realização de crédito em conta.

13. DO REAJUSTES

13.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.



14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada subsidiariamente as disposições da Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no Cadastro de Fornecedores.

14.3. Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 10% do valor do contrato, não aplicando-se a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o Contratado ficará sujeito, a critério da Administração, a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto não entregue.

14.5. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação, ficará sujeito à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do objeto não entregue.

14.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

(a-) Advertência por escrito;

(b-) Multa por percentual de 2% (dois por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do objeto contratado, (Artigo 86 da Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95);

(c-) Suspensão temporária do direito de participar de licitações municipais e, ainda, contratar com a municipalidade, por um período não superior a 2 (dois) anos;

(d-) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do Inciso IV, Artigo 87 da Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95.

15. DA RESCISÃO

15.1. Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida por parte do licitante vencedor, a Administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item anterior, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos Artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. O resultado do presente certame será divulgado no jornal de circulação regional e imprensa oficial do município.

16.3. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Mariápolis, após a homologação do Pregão Presencial.

16.4. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo (a) Pregoeiro (a).

16.5. Integram o presente Edital:

ANEXO I- Minuta de Habilitação Prévia.

ANEXO II- Modelo de Proposta.

ANEXO III- Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho.

ANEXO IV- Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

ANEXO V – Minuta de Contrato.

16.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Adamantina - Estado de São Paulo.

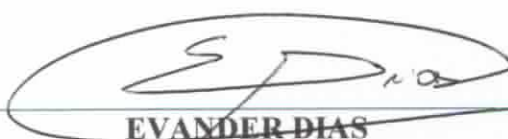
16.7. Quaisquer esclarecimentos e informações relacionadas a este Pregão Presencial serão prestados pelo Pregoeiro, nos dias de expediente, no horário da 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, através do telefone (18) 3586-1227, ou no endereço Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800 – Centro.

Mariápolis/SP, 24 de Julho de 2019.


Valdir Dantas de Figueiredo
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Em 24 / 07/2019.



EVANDER DIAS
Secretário do Departamento Jurídico
OAB/SP nº 181.905



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

ANEXO I

MINUTA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

Pregão Presencial nº 016/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de Saúde de Mariápolis (CNES nº 2028441), em referência as propostas nº 11933.040000/1170-08 e 11933.040000/1180-01, provenientes de emendas parlamentares, objeto de transferência Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde.

A (nome do licitante), por seu representante legal (doc. anexo), inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Data, _____

(nome do licitante e representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

Razão Social da licitante:

Endereço:

C.N.P.J.

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019 PROCESSO Nº 042/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de Saúde de Mariápolis (CNES nº 2028441), em referência as propostas nº 11933.040000/1170-08 e 11933.040000/1180-01, provenientes de emendas parlamentares, objeto de transferência Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde.

Item	Qtde.	Un	Especificações mínimas	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO 60 DIAS.

Declaro que estou ciente, aceito e me submeto a todas as regras do presente Edital.

Mariápolis /SP, __ de _____, de 2019.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante legal ou do Procurador)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

NOME COMPLETO, portador do RG nº....., representante legal da empresa....., estabelecida a Rua....., nº....., Bairro....., na cidade de....., Telefone....., inscrita no CNPJ nº, interessada em participar no Pregão Presencial nº ____/2019, do Município de Mariápolis, declaro sob as penas da lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Mariápolis /SP, ____ de _____ de 2019.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante legal ou do Procurador)



ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

NOME COMPLETO, portador do RG nº....., representante legal da empresa....., estabelecida a Rua....., nº....., Bairro....., na cidade de....., Telefone....., inscrita no CNPJ nº....., interessada em participar no Pregão Presencial nº ____/2019, do Município de Mariápolis, Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes do Edital e seus anexos, bem como declaramos que não houve a ocorrência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Mariápolis /SP, __ de _____ de 2019.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante legal ou do Procurador)



**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS E A EMPRESA _____, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O CENTRO DE SAÚDE DE MARIÁPOLIS (CNES Nº 2028441), EM REFERÊNCIA AS PROPOSTAS Nº 11933.040000/1170-08 E 11933.040000/1180-01, PROVENIENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES, OBJETO DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800, Centro, Mariápolis/SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal VALDIR DANTAS DE FIGUEIREDO, portador da cédula de identidade nº ***** SSP/SP, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa _____, CNPJ (MF) nº _____, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, Estado _____, neste ato representada pelo Sr. _____, residente e domiciliado em _____, Estado de _____, na _____, nº _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, doravante designada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento de contrato, em conformidade com o Pregão Presencial nº 016/2019 – Processo nº 042/2019, e por ele tem as partes entre si justos e acertados as condições e Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Dos Documentos Integrantes deste Contrato

1.1. A aquisição do(s) bem(ns) licitados, obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital nº 025/2019 do Pregão Presencial nº 016/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

2.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição, pelo CONTRATANTE, de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de Saúde de Mariápolis (CNES nº 2028441), em referência as propostas nº 11933.040000/1170-08 e 11933.040000/1180-01, provenientes de emendas parlamentares, objeto de transferência Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde, fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital e conforme proposta comercial da empresa datada de /..... / 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – Regime de execução

3.1. A contratação se dará na modalidade de pregão presencial, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço por item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

CLÁUSULA QUARTA – Da Responsabilidade do Gerenciamento

4.1. A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, bem como fiscalizará sua execução, nos termos do art. 67, da Lei Federal 8.666/93, ficando responsável pela fiscalização o (a) servidor Mauro Coletti, cargo: Agente de Saúde, de acordo com a Portaria nº 111, de 02 de Agosto de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Tesouraria Municipal, sito na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800, com entrega devidamente atestada no verso, pelo responsável, juntamente com o controle de entrega dos produtos assinada pelo responsável do recebimento.

5.2- O Pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada ou na Secretaria de Fazenda.

5.3- Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua apresentação.

5.4- Caso constatada alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as necessárias correções que serão de responsabilidade da licitante.

CLÁUSULA SEXTA – Do Valor

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **RS** (.....) pela aquisição do bem licitado, ficando pactuados os seguintes valores unitários:

Item	Qtde.	Un	Especificações mínimas	Marca	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA SÉTIMA – Do prazo de entrega

7.1. Obriga-se a CONTRATADA a efetuar a entrega do material em até **40 (quarenta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato e/ou instrumento equivalente, no endereço: Praça Frei Dionísio Antônio Marinelli, nº 85 – Centro, nesta cidade de Mariápolis/SP.

7.2. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) bem(ns) não atenda(m) às especificações do objeto licitado e proposto, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 05 (cinco) dias.

7.3. Não ocorrendo a substituição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, é facultado à CONTRANTE rescindir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Da vigência do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

8.1. Vigência: O prazo de Vigência do Contrato será até **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da sua assinatura, nele compreendidas a entrega dos materiais.

a) Validade das Propostas: Será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de disputa.

b) A Administração poderá solicitar prorrogação do prazo de validade das propostas. Tanto a solicitação quanto a respectiva resposta deverão ser feitas por escrito. Não será admitida, entretanto, nenhuma outra alteração na proposta por ocasião da concordância de prorrogação de prazo.

CLÁUSULA NONA – Das Penalidades

9.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I - Advertência por escrito;

II - Multa por percentual de 2% (dois por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do objeto contratado; (Artigo 86 da Lei n.º 8666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95);

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações municipais e, ainda, contratar com a municipalidade, por um período não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do Inciso IV, Artigo 87 da Lei n.º 8666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95.

9.2. As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

9.3. Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

9.4. As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

9.5. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

9.6. As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral do Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

9.7. Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

9.8. A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os bens pela CONTRATADA pode constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.



9.9. As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Casos de Rescisão

10.1. Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida por parte do licitante vencedor, a Administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item anterior, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos Artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Das Alterações Contratuais

11.1. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Aumento ou Diminuição do Objeto Contratual

12.1. No interesse da administração do órgão CONTRATANTE, os QUANTITATIVOS poderão ser aumentados ou suprimidos, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

12.2. É possível supressão acima de 25% do valor inicial do contrato, por convenção entre as partes, nos termos do 65, §2º, II da Lei n.º 8.666/93.

12.3. Qualquer alteração que implique aumento ou supressão dos serviços observará as normas contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, especialmente, a previsão do § 6º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico-financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Da Legislação Aplicável

13.1. O presente contrato é regido pela Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 11.520/01, Lei Complementar Federal n.º 101/00 e 123/2006 e alterações posteriores, e pelos Decretos citados no preâmbulo do Edital da licitação, referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Dos Casos Omissos

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – Da dotação de despesa

15.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

Funcional programática	Categoria econômica	Ficha
10.301.0010.2017	4.4.90.52	102/2019

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – Do Foro



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

16.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

16.2. Fica eleito o foro da comarca de Adamantina/SP, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Mariápolis/SP, ____ de ____ de 2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mariápolis
Prefeito: Valdir Dantas de Figueiredo

CONTRATADA

Gestor do contrato:

____/____/____

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.